

Interpretações sobre o sindicalismo no Brasil

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Professor Adjunto I da Universidade Federal de Viçosa (UFV).
e-mail: joao.melo@ufv.br

Resumo: A intenção do artigo é mapear as principais linhas interpretativas sobre o movimento sindical e de trabalhadores no Brasil, destacando as ações coletivas empreendidas por esses atores sociais. Para tal, será realizada uma exegese autoral sobre o tema, buscando apreender os principais ramais teóricos sobre os estudos de sindicalismo e sindicatos. Aqui serão destacadas as contribuições de diferentes pensadores que se propuseram a estudar o tema.
Palavras-chave: 1. Sindicatos. 2. Sindicalismo. 3. Novo Sindicalismo. 4. Linhas Interpretativas. 5. Ações Coletivas.

Os sindicatos, direta ou indiretamente, têm cumprido um importante papel no desenvolvimento social e histórico do Brasil, ora atuando como catalisadores da mão-de-obra, mobilizando-a e organizando efetivamente suas ações juntos à sociedade, ora inserindo-se verticalmente nos processos produtivos e econômicos do país, seja no papel de contundentes críticos ou como eficazes fomentadores. Fato é que os sindicatos são instituições de dinâmicas faces que, muitas vezes, apresentam-se antagônicas em virtude tanto das transformações vividas pelos trabalhadores, como do processo produtivo no qual estão inseridos.

Por conseguinte, as instituições sindicais brasileiras, ao longo de sua trajetória, passaram por modificações de cunho político e social que afetaram enormemente sua postura, proporcionando o aparecimento de outras formas de intervenção sindical na sociedade. As distintas etapas de posicionamento dos atores sindicais e suas nuances propiciam estudos e teorias sobre questões relativas ao sindicalismo brasileiro.

Este artigo constitui-se em uma tentativa de mapear algumas concepções teóricas referentes à temática sindicato/sindicalismo, destacando as contribuições interpretativas deixadas por pensadores da área. A abordagem se dá por caminhos teóricos e empíricos diversos. Há estudos que contemplam a conjuntura político-econômica nacional e internacional, os sindicatos e o movimento social, o trabalho e os trabalhadores, entre outras perspectivas de análise.

Ao cotejar o sindicalismo nacional, pretende-se discutir diferentes e antagônicas modalidades de institucionalidade sindical. O primeiro momento retrata um sindicalismo mais pulsante e vigoroso que, ao arrostar as contingências sociais e políticas que lhe confrontava, alterou sua prática discursiva — com o novo sindicalismo —, posicionando-se vicejantemente frente à realidade que se avizinhava, trazendo, com isso, novas determinações.

Já o segundo momento é o inverso do primeiro. Ele apresenta uma realidade de desencanto sindical, inaugurada no Brasil nos anos 90, com o advento de governos sin-

tonizados com as políticas neoliberais e de mercado, que, de certa forma, intimidaram o movimento sindical organizado, desorientando seu foco de ação.

Acredita-se que, por meio dessa escolha, seja possível entender como ocorreu o desenvolvimento da literatura sobre o movimento sindical em diferentes momentos históricos¹, facilitando a assimilação de um movimento que tem a eterna capacidade de se remoçar cotidianamente.

Sem sombra de dúvidas, o tema ainda provoca vigorosos debates no meio acadêmico. As controvérsias suscitadas pelos embates intelectuais normalmente orbitavam em torno das abordagens teóricas e suas linhagens intelectuais temáticas. Grande parte dos estudos filia-se a escolas teóricas, como as marxistas, as norte-americanas vinculadas às ações coletivas, a Sociologia Econômica, a Sociologia do Direito, aos paradigmas europeus sobre os novos movimentos sociais e assim por diante.

Todavia, como acrescenta Maria da Glória Gohn (1997), grande parte das interpretações sobre os movimentos sociais, entre eles o sindical, que predominou nos anos 1970 e no começo dos anos 80, seguia uma linhagem marxista, seja ela mais tradicional ou mais variada. Desse modo, Gohn elenca algumas possibilidades de análises estruturadas a partir do marxismo, tais como a corrente franco-espanhola com Castells, Lojkin e outros; a corrente acionalista de Touraine. A autora coloca que, já nos anos 80, os estudos sobre os movimentos sociais ganharam o reforço de autores neomarxistas, como Foucault, Castoriadis, Melucci, Offe e outros.

A novidade trazida por essa linha interpretativa foi a adição de um componente culturalista em contraposição ao árido economicismo marxista até então presente, com muita força, nas análises sobre o movimento social. Paulatinamente, outros elementos começaram a ser incorporados aos estudos, como, por exemplo, a construção de uma identidade coletiva social e operária, enfatizando o surgimento de novos atores políticos e sociais. É o caso da indispensável obra *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader (1988).

As mudanças socioculturais e as transformações políticas também são enfatizadas nos estudos atuais sobre os movimentos populares no período da ditadura militar. As recentes preocupações teóricas procuram priorizar outros elementos que conseguissem superar a velha ideia das contradições urbanas e operárias. Em suma, o que se digladiava eram dois paradigmas teóricos importantes: o europeu e o norte-americano².

A produção acadêmica brasileira referente ao movimento sindical e operário buscou incorporar no centro do debate as concepções apontadas. O foco central concentrava-se no período posterior a 1964.

O golpe militar de 1964 e o movimento sindical, por sua vez, são objetos de estudo que despertam interesses variados tanto em pesquisadores como em leitores ávidos por informações sobre um período instigante e repleto de possibilidades analíticas.

Existem, pelo menos, quatro hipóteses de trabalho que norteiam a produção sobre o período militar, o novo sindicalismo e a redemocratização. Uma vertente analisa somente os sindicatos, concebendo-os como importantes atores políticos e sociais. Uma segunda concepção discute o movimento sindical e suas relações com o Estado, apresentando quais seriam os caminhos de inserção num contexto social político e econômico mais amplo. A terceira corrente paradigmática enfatiza a ideia de luta de classes, destacando o confronto entre a classe trabalhadora e o Estado. Finalmente, a última linha, porém não menos importante, volta-se para uma Sociologia Econômica e do Direito, encarando o movimento sindical como uma forma de ação coletiva inserida num contexto econômico e de direito.

¹ Cumpre ressaltar que, em cada um dos momentos, serão mostradas as contribuições da literatura especializada que discute o período em questão. Não é tarefa deste texto apresentar uma visão completa e definitiva de cada período, muito menos elaborar profundas elucubrações pertinentes aos temas propostos. O que se deseja é discutir separadamente esses episódios através de seus intérpretes, para mostrar as diferentes estratégias sindicais utilizadas por aqueles atores.

² Para maiores esclarecimentos sobre o cerne desse debate, ver: Gohn (1997, p. 284).

A efetivação do golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas para a vida associativa dos sindicatos brasileiros, eliminando quaisquer vestígios de participação política, já bastante comprometida pela tradição populista que imperava no movimento sindical nacional. Os prejuízos causados pela subida dos militares foram incalculáveis.

Leôncio Martins Rodrigues (1991), que pode ser encaixado confortavelmente na primeira perspectiva, levanta uma suposição controversa, quando coloca que, nos momentos iniciais do período ditatorial militar, aconteceu um esvaziamento dos atores políticos de oposição ao golpe, centralizando-se, com isso, em duas forças opositoras³. Entretanto, é o próprio Leôncio Rodrigues (1991) que relativiza sua afirmação, ao mencionar que seria uma completa imprecisão afirmar que os demais movimentos sociais desapareceram ao ponto de entrar em processo de extinção. O autor mostra que houve uma retirada estratégica para que pudessem se fortalecer para a árdua batalha que era anunciada.

Para o autor, simbolicamente, a oposição ao golpe militar concentrou-se dentro do movimento estudantil organizado. Pretendendo marcar território, as forças estudantis opositoras empenharam-se na construção de um projeto alternativo e de destruição do regime e, para tal, contaram com o apoio de diversas forças políticas aglutinadas em torno de um objetivo comum. Se, por um lado, ocorreu o fortalecimento do movimento de estudantes, por outro, condensar com outros movimentos sociais foi seu ponto de desequilíbrio. Polemizando, Leôncio Rodrigues deixa claro que o declínio estudantil, como força oposta ao regime militar, ocorreu com a promulgação do Ato Institucional n.º. 5, em dezembro de 1968⁴.

A promulgação do dispositivo fez com que muitas lideranças estudantis⁵ se vinculassem à luta armada clandestina. Leôncio Rodrigues (1991) apresenta dados que comprovam sua hipótese. Segundo ele, num total de militantes mortos pelo regime e por seus órgãos de repressão, aproximadamente 39% eram estudantes que aderiram à luta armada. Acrescenta, ainda, que, na composição das guerrilhas urbanas e rurais entre as décadas de 1960 e 1970, o contingente de estudantes era alto⁶ (RODRIGUES, 1991).

³ Leôncio Martins Rodrigues (1991) argumenta que, no período imediatamente posterior à decretação do golpe militar de 1964 e nos momentos que se subseguem, apenas era possível a visualização de dois atores políticos: de um lado, as forças militares, e, de outro, seu contraponto refletido no movimento estudantil.

⁴ O AI-5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo militar do general Costa e Silva, e perdurou até dezembro de 1978. Entre seus dispositivos era permitido ao executivo federal, independentemente de qualquer ação judicial em contrário, decretar recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas pela Constituição, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens de todos aqueles que tinham enriquecido ilegalmente, suspender a garantia de habeas corpus, entre outros termos. Em suma, o Ato Institucional n.º. 5 foi o retrato mais duro do regime militar (1964-1985), concedendo poder de exceção para os presidentes militares, para que pudessem punir arbitrariamente todos que fossem declarados inimigos do regime em vigor.

⁵ Para um maior entendimento da geração estudantil da década de 1970, ver João Roberto Martins Filho (1997).

⁶ Analisando a “geração estudantil” do final da década de 1970, Martins Filho (1997) aponta diferenças substanciais entre o movimento de estudantes do final dos anos de 1970 e aquele ocorrido em 1968. Apesar dos caminhos se cruzarem em certa medida, as duas gerações pautaram-se por trajetórias distintas e algumas vezes antagônicas. A participação dos estudantes no cenário político brasileiro nos anos 70 foi massivamente menor se comparada à geração anterior. Há que ressaltar que o percentual de alunos matriculados nos cursos superiores era mais elevado do que em 1968. A explicação pode ser encontrada, segundo o autor, no fato dos estudantes de cada geração pertencerem a extratos sociais diferentes, culminando em outras “formas de produção cultural”. Num quadro mais geral, entre os anos de 1964 a 1968, não é possível falar de um movimento estudantil amplo e de massa e muito menos tecer qualquer proximidade com a militância partidária. Normalmente, as aproximações políticas e ideológicas aconteciam em função da inserção do estudante em seu grupo social e de origem. Já a geração de estudantes de 1970 a 1978/80 compreendeu uma aproximação mais profunda e eficaz com a militância partidária organizada, estabelecendo contatos e projetos comuns (MARTINS FILHO, 1991).

É preciso dizer que a abordagem que retrata a movimentação sindical não a faz independente de suas relações políticas, sociais e econômicas: isso seria inviável. De acordo com essa interpretação, o movimento sindical foi eleito, entre outros, como opositor do sistema e, por isso, passível de ser controlado por meio de restrições nas entidades.

Houve uma intensa eliminação de dirigentes contrários aos rumos tomados pelos sindicatos. Em seus lugares, interventores nomeados pelo governo federal integravam as diretorias dos sindicatos, coadunando com as diretrizes impostas de cima para baixo pelo Ministério do Trabalho⁷. Para Betina Schürmann (1998), outra autora que pode ser enquadrada na opção de número um — daqueles se preocupam exclusivamente com os sindicatos —, o momento seguinte ao dismantelamento dos sindicatos foi inaugurado com uma irascível repressão aos envolvidos no processo, começando com os trabalhadores participantes das greves de Osasco e Contagem.

Eduardo Noronha (1991), autor que trabalha com o movimento sindical e principalmente com suas manifestações grevistas, procura, inspirado por Charles Tilly, associar os sindicatos a um contexto econômico e de direitos mais amplos e mostrar que as associações que não tiveram suas portas e atividades sumariamente fechadas foram transformadas em prestadoras de serviços, meramente assistencialistas. Em sua maioria, eram disponibilizados atendimentos médicos, odontológicos e, algumas vezes, jurídicos. Os sindicatos passam a ter, naquele momento, uma nova função em detrimento da defesa corporativa e salarial de seus filiados (NORONHA, 1991).

O ano 1968 é marcado pelo recrudescimento do regime militar com a promulgação do AI-5, que reprimiu duramente o movimento sindical organizado, expurgando vários dirigentes do cenário político. Todavia, Noronha (1991) deixa claro que a ação governamental estava voltada contra as lideranças, preservando toda a infra-estrutura das instituições, perpetuando, inclusive, a contribuição sindical.

Paradoxalmente, as diretrizes do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), ao invés de silenciarem definitivamente o sindicalismo brasileiro, arrefeceram ainda mais o ânimo e o movimento de oposição dos trabalhadores. As primeiras manifestações contrárias ao regime político ocorreram, respectivamente, em Contagem e Osasco. As duas cidades, uma mineira e a outra paulista, se tornaram palco de greves que foram reprimidas energeticamente pelo governo federal. A realização dessas duas greves revelou que a estratégia do executivo em minar apenas as mais importantes lideranças sindicais, tecendo sobre elas um aparato de repressão e deixando intacta a estrutura sindical populista, mostrou-se falha e equivocada. Com o aparecimento de líderes sindicais mais “combativos”, o poderio logístico dos sindicatos foi revertido para o financiamento de greves, bem como para publicações operárias, cursos de formação, palestras e outras atividades políticas e sindicais (RODRIGUES, 1991).

O fenômeno de massas conhecido como novo sindicalismo⁸ teve uma trajetória linear e impactante na vida política/associativa brasileira em fins da década de 1970 e começo dos anos 80. A evolução da práxis sindical foi talvez a principal virtude do movimento de 1978.

O novo sindicalismo surgiu no Brasil em fins dos anos 1970, rompendo com as amarras burocráticas e clientelistas do sindicalismo populista que prevalecia antes do golpe ditatorial militar de 1964. A literatura especializada sobre o sindicalismo pós-70

⁷ Entre as novas normatizações impostas pelo Ministério do Trabalho, destacam-se a completa extinção das centrais sindicais e as intervenções do órgão governamental nos sindicatos. No que se refere ao questionado, a ação do ministério foi contundente: 70% das entidades com mais de cinco mil membros sentiram o peso da mão intervencionista do governo; 38% com filiação até cinco mil associados também sofreram com os processos de intervenção; apenas 19% dos sindicatos menores e com baixo índice de filiação foram alvos da ação ministerial (SCHÜRMAN, 1998).

⁸ Segundo Wilma Mangabeira (1993), o novo sindicalismo promoveu relações mais democráticas entre as lideranças e as bases e, ainda de acordo com a autora, esse movimento de trabalhadores representou uma ruptura com a cidadania do período getulista ao estender os direitos trabalhistas e colocar o operário e o movimento sindical organizado num lugar de destaque no cenário nacional.

revela que os sindicatos, de uma maneira geral, assumiram uma política de confronto com as autoridades patronais, tanto no interior da empresa como na sociedade.

Normalmente, as demandas dos atores sindicais extrapolavam o cotidiano fabril, perpassando por questões de moradia, condições de vida e ampliação da cidadania. No entanto, as questões imediatamente visíveis do movimento foram as greves e a luta pela reposição salarial⁹.

O momento especial se deu na campanha salarial de 1977, capitaneada no ABC paulista pela Oposição Metalúrgica, que esteve à frente de um grande número de paralisações entre os anos 1977 e 1978. Eder Sader (1988) mostra que o novo sindicalismo se beneficiou em larga medida do período de abertura política, que se iniciou com o governo militar de Geisel (1974-1979) e se encaminhou no governo Figueiredo (1980-1985). Porém, isso não quer dizer que houve certa dose de apatia e acomodação. Pelo contrário, os sindicatos extrapolaram as possibilidades do período de distensão política, transformando-se em legítimos defensores dos interesses específicos dos trabalhadores. Segundo Sader (1988), os operários se tornaram, pela voz de seus sindicatos, cidadãos, de fato, respeitáveis, que exigiam atenção por parte do governo e das autoridades dirigentes do país.

Considerado por muitos autores como um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos no período da transição política em que passava a sociedade brasileira¹⁰, o novo sindicalismo foi o segundo momento mais importante do processo de redemocratização. Iram Jácome Rodrigues (1999) observa que o primeiro momento, e mais importante ainda, foi uma manifestação ocorrida em 1974 em função das eleições parlamentares de novembro. Na oportunidade, o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) — partido da oposição concedida — obteve uma expressiva vitória eleitoral na região centro-sul do país.

Sobre o mesmo momento, têm-se duas posições distintas. De um lado, as análises de Iram Jácome Rodrigues que mostram perfeitamente a relação entre o movimento sindical organizado e o Estado; e de outro, as percepções de Ricardo Antunes, centradas na fórmula marxista da luta de classes.

A primeira abordagem indica que o crescimento oposicionista no processo eleitoral de 1974 foi surpreendente e inusitado para o momento de exceção política que vivia o Brasil. De certo modo, o episódio revelou o início da reação de setores oposicionistas à ditadura militar. Por outro lado, admite Iram Jácome Rodrigues (1999), o movimento serviu para mapear as condições reais das organizações da sociedade civil, bem como para apontar as definições e os caminhos da oposição que se articulavam lentamente. A incipiente abertura que se iniciava provocou o crescimento de vários e diferentes acontecimentos contrários ao regime.

Num outro plano, as impressões de Ricardo Antunes (1988) mostram que a tímida (re)organização sindical aconteceu no mês de setembro de 1978, num congresso

⁹ Para Iram Rodrigues (1999) houve outros canais de manifestação, embora a greve fosse um dos mais importantes. Diz o autor que “A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados ‘movimentos sociais’ e as campanhas das diretas já são outro exemplo), mas certamente a forma mais duradoura e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político” (RODRIGUES, I., 1999, p. 77).

¹⁰ Eduardo Noronha (1992) analisa a somatória de algumas características gerais da transição política aliada a algumas peculiaridades do movimento sindical. Em um contexto de crise econômica, evidenciase o potencial conflitivo e de desentendimento dos atores sociais envolvidos. A argumentação do autor parte de alguns pressupostos que afirmam que a transição foi lenta, gradual e pactuada pela direita, excluindo, dessa forma, segmentos populares e operários que se tornaram a base da reinvenção sindical no País. Por outra perspectiva, acrescenta Noronha (1992), os atores sindicais não conseguiram superar a dicotomia entre a renovação das lideranças e o aumento de sua capacidade de ação, associada à velha estrutura legislativa sindical. Ressalta-se que todo esse imbricado processo aconteceu em um contexto de incerteza econômica que evidenciava substancialmente a crise distributiva existente: “A transição brasileira se deu, de fato, através de um pacto das elites (como salienta O’Donnell), mas sob eleições (como relativiza Lamounier) e, do ponto de vista das relações de trabalho, sob greves — o que definiu, tal como o calendário eleitoral, diferentes possibilidades no pacto das elites e na composição das oposições” (NORONHA, 1992, p. 40).

realizado na cidade paulista de São Bernardo do Campo. Nessa ocasião, foi traçado um perfil completo das atividades sindicais nacionais, destacando-se: o contrato coletivo de trabalho, a liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que complementasse seus direitos fundamentais.

Embora possa parecer que os dois movimentos não possuem qualquer semelhança, a dependência entre eles era enorme. Em outras palavras, o grau de proximidade entre os dois períodos era gigantesco. Os acontecimentos de 1974, de certa forma, influenciaram positivamente os trabalhadores que se sentiram mais seguros para se organizar em associações e sindicatos. O alvo inicial das críticas feitas pelos metalúrgicos era inspirado, em grande medida, por aquelas realizadas pelos militantes do MDB. Normalmente elas se assentavam em torno de alguns pilares básicos, quais sejam: a política econômica do governo militar, a luta contra os baixos salários, o direito à greve, a negociação direta com o patronato sem interferência do Estado, a autonomia e a liberdade sindical (RODRIGUES, 1999).

A interessante análise feita por Iram Jácome Rodrigues (1999) ressalta a necessidade de uma urgente redefinição do papel dos sindicatos no intuito de se proporcionar aos trabalhadores melhores condições de subsistência e trabalho. Para o autor, a classe operária carecia, ainda, de uma identidade coletiva, para que pudesse conquistar espaços de intervenção na esfera pública.

Nesse sentido, o autor observa que o novo sindicalismo adquiriu contornos próprios e a classe operária ganhou uma identidade coletiva, quando foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). É completamente tangível que a estruturação da institucionalidade operária, inaugurada com o novo sindicalismo, não se restringia somente ao universo específico dos sindicatos. Os espaços de atuação ganhavam outra dimensão, fato que possibilitava o desenvolvimento de outras potencialidades e perfis que até então eram desconhecidos ou negligenciados pelos atores sindicais.

Certamente, os limites estabelecidos anteriormente não mais serviram como referência para o novo sindicalismo. Pois bem, a partir daquele momento em diante, as lideranças sindicais passaram a atuar numa área de abrangência maior e, portanto, menos definida. Isto quer dizer que extrapolaram as fronteiras classistas, conquistando novas frentes e possibilidades no cenário político nacional¹¹.

Roberto Vêras (2002) deixa claro que o deslocamento de atitude não era somente físico; ultrapassava-o. Era, sobretudo, político partidário, como é explicitado na seguinte citação:

Neste caso, contrastado flagrantemente pela coincidência de duas situações. Ou seja, ao mesmo tempo em que, de um lado, as mobilizações refluíam, do outro, as lideranças do novo sindicalismo, embaladas pelo crescente desgaste político do regime e pelo acirramento das disputas sobre os rumos da “transição”, lançavam-se em um frenético ciclo, seja de articulações partidárias (visando consolidar o PT como projeto alternativo), seja de articulações intersindicais, quando se assumem como bloco combativo (VÉRAS, 2002, p. 132).

Ora, é perfeitamente dedutível a entrada de um novo público no cenário de relacionamento dos sindicatos. A diversificação era notória e compreensível, uma vez que o novo sindicalismo apresenta uma nova agenda para o sindicalismo nacional, incluindo militantes partidários, agentes pastorais e religiosos, movimento de bairro, entre outras

¹¹ Reconhecendo a aquisição de novas formas de atuação — reverenciadas pela transposição de interesses —, Vêras (2002) destaca que o novo sindicalismo permitiu que as lideranças sindicais e seus sindicatos representativos deslocassem de suas experiências de origem, centradas nas lutas trabalhistas, para outras mais amplas, voltadas à política partidária e nacional. Vêras (2002) lembra o nome de Lula como o exemplo mais representativo desse momento: um líder sindical que se despontou com o novo sindicalismo, tornando-se o símbolo incontestável das lutas operárias e políticas, tanto no ABC como também no cenário político partidário brasileiro.

categorias sociais¹². O engajamento em novas frentes exigia, algumas vezes, posicionamentos mais radicais que contrastavam com opiniões mais brandas, “vacilantes”, “conciliadoras” e “moderadas” que ecoavam de segmentos da própria esquerda, consideradas reformistas (VÉRAS, 2002).

Magda Neves (1999), seguindo a tradição de Leôncio Martins Rodrigues, aponta três características definidoras que marcaram a mudança da postura sindical com o advento do novo sindicalismo. A primeira é o rompimento com a estrutura oficial, corporativista e burocrática dos antigos sindicatos. O sistema getulista passou a ser duramente questionado pela nascente política sindical. A proposta de uma concepção alternativa refletia-se basicamente no desejo empedernido de autonomia sindical, no anseio pela livre organização das entidades sem interferências externas e, ainda, na vontade incontida de promoverem a livre negociação por ramo de atividade.

Uma segunda característica apresentada pela autora corresponde diretamente ao cotidiano fabril, isto é, ao piso fabril. Seria essa a mais expressiva manifestação operária: a organização no interior das empresas e por local de trabalho. Seu objetivo era resguardar o trabalhador de eventuais problemas que viessem a acontecer na linha de montagem, como a precarização dos serviços, a exploração da mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho, os salários aviltantes. Ao propor esse tipo de organização, os sindicatos pleiteavam conter, ou pelo menos diminuir, a avalanche de conflitos entre o capital e o trabalho.

A terceira e última característica abordada por Magda Neves (1999) vai ao encontro das posições de Iram Jácome Rodrigues, ao destacar a questão da ampliação da luta sindical por demandas maiores, com profunda inserção democrática e cidadã. O novo sindicalismo se pautou, desde sua gestação, por uma atuação que extrapolasse o mundo fabril, marcando presença integral na vida política e social do país. Por isso, como discute Iram Jácome Rodrigues (1997), os sindicatos, de uma maneira ou de outra, conseguiram interferir positivamente na conquista democrática.

É evidente que o revigoramento sindical do final da década de 1970 acirrou os conflitos operários, refletidos principalmente na ascensão do movimento grevista no país. Depois de um longo período sem nenhum tipo de movimentação por parte dos sindicatos, os trabalhadores ressurgiram com ânimo e disposição renovados, o que possibilitou conquistas históricas em fins dos anos 1970 e na década de 1980. Apesar de a greve ter se transformado no mais conhecido instrumento de batalha, ela não foi a única estratégia utilizada pelos operários e sindicatos, mas, sem dúvida alguma, foi a mais duradoura e eficaz arma utilizada pelos sindicatos de trabalhadores¹³.

Uma das mais marcantes características do novo sindicalismo foi a articulação da massa trabalhadora, seja no interior das fábricas, seja na sociedade. O movimento conseguiu conquistar o espaço do trabalhador no centro das decisões políticas do país. No entanto, sua completa inserção no cenário político brasileiro não foi fácil nem amena; precisou confrontar com diferentes forças políticas, como a burguesia industrial, a sociedade, a justiça militar e o Estado. Com certeza, as greves foram as principais armas de ataque do novo sindicalismo.

¹² Para uma melhor visualização das parcerias dos atores sindicais, ver, entre outras, as obras de Eder Sader (1988), José Álvaro Moisés (1982) e Lúcio Kowarick (2000).

¹³ Além das tradicionais interpretações sobre o revigoramento do movimento sindical no final da década de 1970, existem três frentes teóricas que discutem o ressurgimento do movimento sindical. A primeira linha mostra que, na verdade, tal ressurgimento se deu em decorrência da exploração a que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos. A segunda vertente mostra que a reação operária, através das greves, caracteriza-se como uma resistência ao processo de trabalho capitalista. E, por fim, a terceira abordagem mostra que o período é marcado por um discurso sobre a dignidade (RODRIGUES, 1997). Em outras palavras, os atos foram realizados em nome da dignidade operária contra a miséria, a super-exploração e a opressão a que os operários brasileiros estavam submetidos, tanto no chão da fábrica como na sociedade como um todo. Elas demandavam conquistas básicas de cidadania, refletidas na luta pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais na sociedade e no interior das empresas (RODRIGUES, 1997).

Pensar o novo sindicalismo sem mencionar as greves seria impossível: o estudo ficaria incompleto. O novo sindicalismo e as greves são mais do que formas sinônimas; uma não existe sem a outra; uma é o necessário complemento da outra. Assim, a parte final deste tópico dedica-se a essa manifestação operária em sociedade.

Existem muitos estudos dedicados às greves, com diferentes linhas de abordagem. Alguns caminham por uma seara marxista, enfocando a luta de classes e a greve como seu resultado. Outras abordagens pensam as greves a partir de uma perspectiva cultural. Já outras trabalham o tema por meio de um enfoque psicológico. Por sua vez, existe ainda outra concepção que tenta focalizar as greves a partir de um contexto social mais pleno, encarando-a como possível transformadora da realidade social, política e econômica do país. É nessa que se alinham às teses de Eduardo Noronha.

As teorias de Noronha (1991; 1992) sobre as greves no período de redemocratização são referências para os que estudam o movimento sindical recente. Seguindo a trilha deixada por Charles Tilly, o autor apresenta os atos grevistas como ações coletivas de impacto na sociedade e na própria classe operária.

Neste momento, são apresentadas as três fases da renovação sindical no Brasil propostas por Noronha (1991; 1992). Destacam-se seus pontos articulares e conflitantes, em cada uma das três etapas de conflitos sociais que marcaram as décadas recentes da história brasileira.

Ao tentar mapear a evolução dos conflitos trabalhistas no Brasil das últimas décadas, Eduardo Noronha admite a possibilidade das seguintes etapas sucessórias: o primeiro momento entre os anos 1964 e 1977; o segundo entre 1978 e 1984; e finalmente o último período, que compreende os anos 1985 a 1989.

A primeira fase, que compreende os anos 1964 a 1977, é subdividida em três partes que, segundo o autor, de certa maneira, se complementam e se sobrepõem¹⁴. O momento inicial, relativiza Noronha (1991), acontece com o golpe militar de 1964 e é reafirmado em dezembro de 1968 com o AI5. Acrescenta o autor que o período representou a total exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro. As perseguições ocorreram em três frentes: repressão às greves e às lideranças sindicais¹⁵, controle dos reajustes salariais e controle das negociações coletivas.

Por seu turno, o governo militar alterou a antiga fórmula populista que se assentava no binômio controle-incorporação, substituindo-a pelo polinômio repressão-exclusão (NORONHA, 1991). A mudança de orientação governamental refletirá na inserção dos sindicatos na vida associativa do país, promovendo a desarticulação das entidades e de seu poder de cooptação das massas trabalhadoras. Ora, o reflexo imediato foi a baixa perspectiva de renovação das lideranças sindicais. Todavia, se fossem renovadas, passariam a agir convenientemente com o governo, assumindo atitudes passivas e assistencialistas, com um baixo índice de mobilização e um inabalável apoio às políticas governamentais (NORONHA, 1991).

A segunda etapa, que compreende os anos 1978 a 1984, intitulada pelo autor de “A cidadania política através de demandas econômicas”, é marcada pela recuperação das funções básicas e originais dos sindicatos. Ou seja, pela defesa corporativista e salarial, encaradas como meios de reconquistar a cidadania operária perdida.

¹⁴ Noronha (1991) subdivide o período em três fases que se ligam por compreender que, entre 1964 e 1977, houve três diferentes mecanismos de exclusão dos trabalhadores do cenário político nacional.

¹⁵ O autor deixa claro que as perseguições governamentais eram voltadas exclusivamente para as lideranças sindicais mais proeminentes, preservando a integralidade da estrutura sindical populista. O imposto ou a contribuição sindical, importante recurso utilizado pelo sindicalismo assistencialista, foi mantido inalterado (NORONHA, 1991). Quando aponta a dicotomia controle-incorporação/repressão-exclusão, Noronha (1991) quer dizer que, até 1964, os governos populistas utilizavam como estratégia a aproximação dos movimentos sindicais, no intuito de vigiá-los. A artimanha governamental era cooptar as lideranças sindicais, incorporando-os em cargos burocráticos e em agências estatais controladas pelo governo federal. Posteriormente ao golpe militar de 1964, a forma de controle foi mais coercitiva, isto é, os militares utilizaram instrumentos repressivos contidos na legislação sindical. Percebem-se, então, dois momentos antagonísticos da relação entre governo e movimento operário e sindical (NORONHA, 1991).

Contudo, o período em questão pode ser dividido em três etapas diferentes: a primeira é marcada pelo retorno de várias e importantes greves, na sua maioria, circunscritas ao setor privado. Seus efeitos em longo prazo, salienta Noronha (1991), foram as definições de traços comuns que marcaram o início da eclosão grevista em solo nacional.

Um segundo momento definido pelo autor compreende os anos 1980 a 1982, e é caracterizado pela diminuição do percentual de greves. Ao contrário do período anterior, caracterizado inexoravelmente pelo surto grevista, a década de 1980 marca a retração do ímpeto grevista dos sindicatos operários. A causa da retração dos ânimos grevistas, alerta Noronha (1991), tem sua origem nos problemas estruturais, como, por exemplo, os econômicos.

Um terceiro momento, que se estende por um ano, entre 1983 e 1984, marca a lenta retomada das greves no setor privado, ampliando-se para o setor público. A última etapa arrolada pelo autor vai de 1985 a 1989, momento em que os conflitos trabalhistas se acirram, colocando em evidência a figura do dirigente sindical. A característica mais marcante desses anos foi a enorme quantidade de greves e manifestações operárias, atingindo categorias consideradas pacíficas e alheias a manifestações de tal natureza (NORONHA, 1991).

Por meio das pressões políticas, foram consolidados o direito à greve e seus dispositivos legais. Nota-se uma substancial alteração no direito sindical, como bem coloca Noronha (1991), ao analisar as transformações jurídicas advindas das greves.

Entre os anos 1978 e 1984, o direito à greve era considerado como a única forma de defender os interesses dos trabalhadores. A radicalização das greves causava um mal-estar nos empresários e no governo, como também nos próprios trabalhadores. Já por volta de 1985, a relação concentra-se entre os sindicatos e os empresários (NORONHA, 1991). A luta pela cidadania operária adquiriu novos contornos que possibilitaram a descoberta e a utilização de novos mecanismos de inserção social para a classe que vive do trabalho.

A migração de um estado de confronto para um de interlocução com o governo e empresários, deixou entrever o amadurecimento das instituições sindicais e de trabalhadores ao longo dos anos. Todavia, é bom frisar que em momento algum houve abrandamento dos conflitos classistas e os sindicatos continuaram defendendo os interesses de seus associados frente às demandas trabalhistas.

A prova cabal é a manutenção das greves no ano de 1985. O conflito entre trabalhadores e patrões alcançou uma visibilidade social que lembrava os embates do final dos anos 1970 (NORONHA, 1991). Destaca-se especialmente que o movimento grevista não tinha o mesmo peso e impacto das manifestações trabalhistas da década anterior. A explicação pode estar relacionada ao fato de que as manifestações daquele ano eram, na verdade, o anseio de extravasar demandas contidas desde 1980, ano em que o movimento sindical grevista encontrava-se receoso pelo eminente risco de desemprego originado pelas sucessivas crises econômicas (NORONHA, 1991).

Todavia, o período não pode ser considerado totalmente obscuro e perdido para o movimento sindical brasileiro. Seria uma incongruência pensar e agir por esse prisma. Com todas as dificuldades encontradas pelo caminho, os trabalhadores conseguiram organizar duas importantes centrais sindicais¹⁶, ampliando sua base de sustentação e pressão junto à sociedade organizada.

¹⁶ A proposta de se organizar uma central sindical no Brasil ganhou força em 1977, quando os empresários lançaram a Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), com o claro objetivo de se unirem frente às demandas de um mercado internacional. Interessados também em se fortalecer, os trabalhadores promovem encontros intersindicais pelo Brasil — os encontros da Classe Trabalhadora (ENCLATS), visando à realização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1.º CONCLAT). Tanto a CUT quanto a CGT tiveram uma origem comum: 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em Praia Grande, litoral de São Paulo. No congresso, aprovou-se a proposta de se criar uma comissão que tinha o objetivo de estruturar uma central de trabalhadores. Porém, com o passar do tempo, ficou clara a incompatibilidade ideológica das duas principais concepções, a reformista de Joaquinção, que defendia um sindicalismo de resultados, e a combativa de Lula e Meneguelli, favorável à liberda-

O aumento do percentual de greves foi pequeno entre os anos 1984 e 1985, fato que caracterizou, de certa forma, a dificuldade de se consolidar um movimento de trabalhadores homogêneo na sua integralidade. Todavia, traçar um paralelo entre o aumento insignificante do número de greves e a ausência de manifestações operárias e sindicais seria uma imprecisão teórica grotesca. Ao contrário, expõe Noronha (1991), o período é marcado por movimentações reivindicatórias impulsionadas pelos sindicatos de trabalhadores. Na verdade, as manifestações grevistas tornaram-se mais visíveis e com duração prolongada, quando comparada às do ano anterior.

Outro dado interessante apresentado por Noronha (1991) é o aumento das greves no decorrer do ano de 1985. Tentando referendar essa informação, o autor acrescenta que, nesse ano, houve um vertiginoso aumento dos atos grevistas, quando comparados ao ano de 1984: de 14 milhões para 76 milhões (NORONHA, 1991). Uma das explicações para o impulso das greves foi a retomada da economia associada ao fim do governo militar, como é demonstrado pelo autor.

O aspecto econômico é fundamental na composição do novo perfil de sindicalismo mais combativo e de confronto. É evidente que existia uma relação íntima e de proximidade entre a esfera sindical e a realidade econômica do país.

Essa foi a expectativa causada pela adoção do Plano Cruzado. Concebido em fevereiro de 1986 como uma medida de estabilização econômica, outorgado pelo decreto-lei n.º. 2.283, trouxe, desde sua concepção inicial, anseios dos mais diferentes grupos sociais.

Os laços de dependência dos atores sindicais com os sucessivos planos monetários de estabilização refletiam substancialmente na agenda de prioridades das entidades, condicionando, em alguns casos, as atividades sindicais em função da vida financeira do país; seja para apoiar, seja para criticar.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1988.

BLASS, Leila Maria. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade, in: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33-49.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

de e à autonomia sindicais. É praticamente impossível pensar o novo sindicalismo sem passar pelo nascimento da Central Única dos Trabalhadores. Sua base foi gestada dentro do movimento, com o intuito de ser uma entidade representativa dos trabalhadores brasileiros. O surgimento do novo sindicalismo, no final dos anos de 1970, possibilitou que as várias correntes existentes no movimento sindical pudessem se aglutinar, cada qual trazendo suas experiências e posicionamentos políticos, o que contribuiu para a criação de uma central sindical de representação operária. O ápice do movimento se deu com a criação das centrais sindicais, que teriam o claro objetivo de articular e coordenar nacionalmente os trabalhadores brasileiros. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, por ocasião do 1.º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado na cidade de São Bernardo do Campo. Na oportunidade, mais de cinco mil representantes de sindicatos urbanos e rurais votaram pela criação da CUT que, atualmente, é referência para as massas operárias e é reconhecida como tal pelas mais diversas forças políticas. Em 1986, o grupo de Joaquinção fundou a Central Geral dos Trabalhadores. No interior da CGT encontrava-se agrupado um conjunto heterogêneo de tendências políticas e sindicais, que permanecia unido principalmente pela oposição à CUT. A convivência pacífica das correntes não durou muito tempo. As divergências explodiram durante um congresso realizado em janeiro de 1988, provocando, posteriormente, uma cisão dentro da central. O grupo pró-Joaquinção continuou com a nomenclatura Central Geral dos Trabalhadores, distanciando-se da Confederação Geral dos Trabalhadores, de Rogério Magri e Luís Antônio de Medeiros. Em março de 1991, no Memorial da América Latina em São Paulo, foi criada a Central Força Sindical, oriunda da Confederação Geral dos Trabalhadores. Luís Antônio de Medeiros foi eleito seu primeiro presidente.

BOITO JR., Armando. A crise do sindicalismo, in: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319-334.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe, in: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

MCLIROY, John. *Trade unions Britain today*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

NEVES, Magda de Almeida. A agenda sindical mineira nas últimas décadas: permanências e desafios. In: Rodrigues, Iram Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 185-210.

NEVES, Magda de Almeida. *Impactos da reestruturação produtiva sobre a relação capital/trabalho: o caso da FIAT-MG*. São Paulo: Cebrap, 1996.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as consequências para os trabalhadores, in: Congresso ALAS. 1988. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1998.

NORONHA, Eduardo Garuti. A explosão de greves na década de 80, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Entre a lei e a arbitrariedade: mercados e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTR, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1992.

O'DONNELL, Guilherme. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas, in: O'DONNELL, Guilherme; REIS Fábio Wanderley (org.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 137-180.

RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC, in: Encontro Anual da ANPOCS, 28, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004. 2-31.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais, in: BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 11-43.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram e cena: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHÜRMAN, Betina. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order, in: MUNCK, Ronaldo & WATERMAN, Peter (ed.). *Labor worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.